

CARTA ROGATÓRIA Nº 15.105 - FR (2019/0355496-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL DE GRANDE INSTANCIA DE PARIS
INTERES. : LALANNE VIAGENS E TURISMO LTDA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
OUTRO NOME : MARACUJA TUR
PARTE : SO BE INCENTIVE
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça francesa solicita que se proceda à intimação do representante legal da empresa LALANNE VIAGENS E TURISMO Ltda. de ação indenizatória.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documentos postais de fls. 149-150, 151-152 e 153-154. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 157).

A Defensoria Pública da União (fls. 159-161), na qualidade de curadora especial, e o Ministério Público Federal (fl. 163) não se opuseram à concessão do *exequatur*.

É o relatório. Decido.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado do Ceará, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente